

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
CAPÍTULO I – CONCEITO, NATUREZA E IMPORTÂNCIA DO PROCESSO CIVIL. NOÇÕES GERAIS	11
1. Noção de processo civil	11
A) Seu significado	11
B) Resolução dos conflitos de interesses	12
C) Autodefesa ou ação direta	13
D) Função jurisdicional do Estado	14
2. Alguns princípios e deveres estruturantes do processo civil	15
A) Garantia do acesso aos tribunais	15
B) Princípio dispositivo em confronto com o princípio do inquisitório	16
C) Princípio do contraditório	19
D) Princípio da igualdade das partes	20
E) Princípio da cooperação	21
F) Princípio da economia processual	24
G) Dever de gestão processual	24
H) Dever da boa fé processual	27
I) Dever de recíproca correção	28
J) Princípio da utilização de linguagem simples e clara	30
3. Caracteres do direito processual civil	30
A) É um direito instrumental ou adjetivo	30
B) É uma norma de direito público	31
4. Importância do direito processual civil	32
5. Espécies de ações	32
A) Distinção entre ações declarativas e ações executivas	32
B) Ações declarativas	33
C) Ações executivas	36

6.	Procedimentos cautelares	37
A)	Razão da sua existência	37
B)	Classificação quanto à sua finalidade	39
C)	Providências cautelares especificadas e não especificadas	39
D)	Procedimentos cautelares previstos em legislação avulsa	40
E)	Carácter instrumental e, em princípio, provisório	41
F)	O procedimento cautelar pode ser preliminar ou incidente da ação	42
G)	Inversão do contencioso e consolidação da decisão	43
H)	Caducidade da providência decretada	47
I)	Responsabilidade do requerente	49
J)	Urgência dos procedimentos cautelares	50
L)	Contraditório do requerido	50
M)	Processamento	52
N)	Garantia penal da providência	54
O)	Recursos	54
7.	Procedimentos cautelares especificados	56
A)	Restituição provisória da posse	56
B)	Suspensão de deliberações sociais	60
C)	Alimentos provisórios	62
D)	Arbitramento de reparação provisória	67
E)	Arresto	69
F)	Embargo de obra nova	73
G)	Arrolamento	76
8.	Interpretação das leis processuais. Valor da equidade	79
9.	Integração de lacunas	81
10.	Aplicação das leis processuais no tempo	81
11.	Casos especiais de aplicação das leis no tempo	83
A)	Enunciado	83
B)	Leis sobre a competência dos tribunais	83
C)	Leis sobre o formalismo processual	83
D)	Leis sobre recursos	84
E)	Leis sobre alçadas	85
F)	Lei sobre as provas	86
G)	Leis sobre prazos judiciais	86
CAPÍTULO II – FORMAS DE PROCESSO		91
12.	Processo comum e processos especiais	91
13.	Processo comum	92
A)	Distinção entre processo declaratório e processo executivo	92
B)	Formas de processo comum	94

C) Determinação do valor da causa	94
D) Aplicação subsidiária do processo comum	100
14. Processos de jurisdição voluntária	100
A) Distinção entre jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa	100
B) Características dos processos de jurisdição voluntária	101
15. Tutela da personalidade	104
A) Enquadramento	104
B) Paralelismo com os procedimentos cautelares	104
C) Pressupostos	105
D) Processo	106
E) Regimes especiais	107
CAPÍTULO III – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	109
16. Noção	109
17. Personalidade judiciária	110
A) Noção	110
B) Consequências da falta de personalidade	113
18. Capacidade judiciária	114
A) Noção	114
B) Modos de suprimento da incapacidade judiciária	115
C) Nomeação do representante legal	121
D) Defesa do incapaz pelo Ministério Público	123
E) Sanação da incapacidade judiciária e da irregularidade de representação	123
19. Legitimidade das partes	124
A) Noção	124
B) Pluralidade de partes	127
C) Legitimidade plural	128
D) Litisconsórcio voluntário	129
E) Litisconsórcio necessário	130
F) Coligação	133
G) Modo de sanar a ilegitimidade	135
20. Litisconsórcio subsidiário ou eventual	136
21. Legitimidade para a tutela de interesses difusos	137
22. Interesse processual	139
A) Noção	139
B) Consequências da falta de interesse processual	142
23. Patrocínio judiciário	143
A) Noção	143
B) Constituição obrigatória de advogado	143
C) Mandato	144

D)	Revogação e renúncia do mandato	146
E)	Patrocínio a título de gestão de negócios	147
F)	Falta ou irregularidade do mandato. Consequências	148
G)	Responsabilidade do mandatário	149
24.	Competência dos tribunais	149
A)	Noção de jurisdição e de competência	149
B)	Conflitos de jurisdição e de competência	149
C)	Modalidades de competência	152
25.	Competência internacional	153
A)	Noção	153
B)	Fatores de atribuição da competência internacional	154
C)	Competência exclusiva dos tribunais portugueses	156
D)	Pactos de jurisdição	157
26.	Competência interna	159
A)	Sua repartição e momento de fixação	159
B)	Competência em razão da matéria	160
C)	Competência em razão do valor	162
D)	Competência em razão da hierarquia	162
E)	Competência em razão do território	166
F)	Caso especial da ação de honorários	167
27.	Extensão e modificações da competência	168
A)	Enunciado	168
B)	Questões incidentais	169
C)	Questões prejudiciais	170
D)	Competência para as questões reconventionais	172
E)	Competência convencional	173
F)	Tribunal competente no caso de pluralidade de réus	174
28.	Modalidades de incompetência	174
A)	Enunciado	174
B)	Incompetência absoluta	175
C)	Incompetência relativa	178
D)	Preterição do tribunal arbitral	180
CAPÍTULO IV – ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS		183
29.	Lei, sua origem, objetivos e destinatários	183
A)	A Lei	183
B)	Finalidades	184
C)	Acesso ao direito	184
D)	Consulta jurídica	186
E)	Apoio judiciário	186
F)	Procedimento	187

CAPÍTULO V – FORMALISMO DO PROCESSO DECLARATIVO	191
SECÇÃO I	191
30. Fases do processo	191
SECÇÃO II	192
31. Fase dos articulados	192
A) Noção	192
B) Apresentação a juízo dos atos processuais	193
C) Número de articulados	194
SUBSECÇÃO I	195
32. Petição inicial	195
A) Noção	195
B) Conteúdo formal da petição inicial	196
C) Diferentes formas do pedido	198
D) Rol de testemunhas	201
E) Entrega da petição ou remessa à secretaria. Proposição da ação	202
F) Recusa do recebimento da petição inicial	203
G) Reclamação contra a recusa do recebimento	204
H) Distribuição	204
33. O primeiro contacto do juiz com o processo	205
A) Desnecessidade de ordenar a citação	205
B) Casos em que a citação tem de ser ordenada pelo juiz	206
34. Ineptidão da petição inicial	206
A) Noção	206
B) Falta ou ininteligibilidade do pedido ou da causa de pedir	208
C) Contradição entre o pedido e a causa de pedir	209
D) Cumulação de causas de pedir ou de pedidos incompatíveis	209
E) Consequências da ineptidão da petição inicial	210
35. Citação do réu	211
A) Funções da citação	211
B) Citação sem prévio despacho judicial	211
C) Citação dependente de prévio despacho judicial	213
36. Modalidades de citação	214
A) Citação pessoal	214
B) Citação edital	219
C) Citação de pessoas coletivas	220
37. Falta de citação e falsidade da citação	221
A) Falta de citação	221
B) Nulidade da citação	222
C) Dispensa de citação	223
D) Falsidade de citação	223

38. Efeitos da citação	223
A) Enunciado	223
B) Efeitos de ordem substantiva	224
C) Efeitos de ordem processual	226
D) Subsistência dos efeitos em caso de anulação da citação	228
SUBSECÇÃO II	229
39. Contestação	229
A) Noção e elementos que inclui	229
B) Consequência da falta de requisitos	230
40. Modalidades de contestação	231
A) Defesa por impugnação	231
B) Defesa por exceção	232
41. Exceções dilatórias	233
A) Enumeração	233
B) Litispendência e caso julgado	234
C) Casos julgados contraditórios	236
D) Despacho a proferir perante as exceções dilatórias não sanadas	237
42. Exceções perentórias	241
43. Princípio da concentração da defesa	241
A) Enunciado	241
B) Desvios ao princípio da concentração	242
44. Ônus de impugnação	243
45. Desvios à regra que impõe o ônus de impugnação	244
46. Impugnação por negação	246
47. Contestação-reconvenção	247
A) Noção	247
B) Dedução da reconvenção	248
48. Condições de admissibilidade da reconvenção	250
A) Enunciado	250
B) Requisitos de ordem processual	250
C) Requisitos de ordem substantiva	251
49. Relação entre a decisão da ação e a do pedido reconvenicional	254
50. Prazo para a contestação	255
A) Prazo com ou sem dilação. Sua contagem	255
B) Prazo no caso de pluralidade de réus	256
C) Possibilidade de prorrogação do prazo	257
51. Falta de contestação. Possibilidade de repetição da citação	258
52. Efeitos da revelia operante	259
A) Confissão tácita dos factos	259
B) Simplificação do processo	259
C) Decisão sobre o mérito	260

53. Revelia inoperante	261
SUBSECÇÃO III	263
54. Réplica	263
A) Noção e função da réplica	263
B) Falta de impugnação dos factos articulados	265
55. Prazo para a apresentação da réplica	265
SUBSECÇÃO IV	266
56. Articulados supervenientes	266
A) Sua atendibilidade	266
B) Superveniência dos factos	267
C) Despacho liminar	268
D) Momento de apresentação do articulado superveniente	268
57. Notificações	270
A) Enunciado	270
B) Notificações às partes que constituíram mandatário	271
C) Notificações entre os mandatários das partes	272
D) Notificações às partes que não constituam mandatário	272
E) Notificações a intervenientes acidentais	273
SECÇÃO III	274
58. Fase do saneamento e condensação	274
59. Gestão inicial do processo	275
A) Indeferimento da petição inicial	275
B) Apresentação da nova petição	275
60. Despacho pré-saneador	276
A) Suas finalidades	276
B) Providenciar pelo suprimento de exceções dilatórias, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º – alínea a) do art.º 590.º, n.º 2	276
C) Convite ao aperfeiçoamento dos articulados	277
D) Convite ao suprimento das insuficiências ou imprecisões	278
E) Exercício do contraditório	278
F) Junção de documentos	279
G) Limites impostos ao aperfeiçoamento dos articulados	279
H) Consequências da não aceitação do convite	280
61. Audiência prévia	280
A) Convocatória	280
B) Realização tendencialmente obrigatória	281
C) Dispensa da audiência prévia	282
62. Tentativa de conciliação das partes	283
A) Quando deve ter lugar	283
B) Solução de equidade	284
C) Consignação em ata	284

63. Discussão de facto e de direito	284
64. Discussão sobre a posição das partes	285
65. Despacho saneador	286
A) Finalidades	286
B) Modo de o proferir	286
C) Conhecimento das exceções dilatórias	286
D) Conhecimento das nulidades	287
E) Relegação do conhecimento para momento ulterior	287
F) Valor das decisões sobre exceções dilatórias e nulidades	288
G) Decisão de mérito. Seu valor	288
66. Adequação formal, simplificação e agilização processual	289
67. Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas de prova	290
A) O objeto do litígio e os temas de prova	290
B) As reclamações	291
C) Ações de valor não superior a metade da alçada da Relação	291
68. Programação dos atos da audiência	292
69. Ações destinadas à defesa da posse	292
SECÇÃO IV	293
70. Fase da instrução	293
A) Seu objetivo	293
B) Alcance da prova	294
C) Conhecimento do direito consuetudinário, local ou estrangeiro	295
D) Factos que não carecem de prova	296
E) Início da fase	296
71. Natureza do direito probatório	297
72. Admissibilidade dos meios de prova e suas limitações	298
73. Verificações não judiciais qualificadas	299
74. Valor gradual das provas	299
A) Significado de prova livre	299
B) Prova bastante ou suficiente. Contraprova	300
C) Prova plena	301
D) Prova pleníssima	301
75. Provas pré-constituídas e provas constituendas	301
76. Produção antecipada da prova	302
77. Valor das provas fora do processo onde foram produzidas	304
78. Princípio da audiência contraditória na fase de instrução	305
79. Factos que o juiz deve considerar na decisão	306
A) Enumeração dos factos	306
B) Factos essenciais	308
C) Factos instrumentais	308
D) Factos complementares	310

80. Provas atendíveis	310
A) Princípio da aquisição processual	310
B) Desvios ao princípio	311
81. Ónus da prova	312
82. Critérios de repartição do ónus da prova	314
A) Regra geral	314
B) Ónus da prova em casos especiais	315
C) Inversão do ónus da prova	317
83. Prova por apresentação de coisas móveis ou imóveis	318
84. Prova por presunções	319
A) Noção	319
B) Classificação	320
C) A prova	321
85. Prova por documentos	321
A) Noção de documento	321
B) Classificação dos documentos escritos	322
C) Autenticidade dos documentos	323
D) Força probatória dos documentos	324
E) Apresentação dos documentos	327
F) Documentos em poder da contraparte ou de terceiros	328
G) Livros de escrituração comercial e documentos a ela relativos	329
H) Documentos requisitados pelo tribunal	330
I) Documentos passados em país estrangeiro	330
J) Notificação à contraparte da junção de documento	331
L) Impugnação da genuinidade de documento	331
M) Arguição de falsidade do documento	333
86. Prova por confissão	334
A) Noção	334
B) Confronto com a confissão do pedido	334
C) Modalidades da confissão	335
D) Força probatória da confissão	337
E) Quem pode confessar	337
F) Confissão no caso de litisconsórcio ou de substituição legal	338
G) Aceitação da confissão feita nos articulados	339
H) Casos de inadmissibilidade da confissão	339
I) Princípios por que se rege a confissão	341
J) Depoimento de parte e declarações de parte	342
L) Modo e momento de prestação do depoimento de parte	346
M) Redução do depoimento de parte a escrito	347
87. Prova pericial	348

A) Finalidade da prova	348
B) Requisição e realização da perícia	349
C) Deveres dos peritos. Obstáculos à sua nomeação	351
D) Resultado da perícia	352
E) Segunda perícia	353
88. Prova por inspeção	353
A) Noção	353
B) Objeto da inspeção	354
C) Iniciativa da inspeção	354
D) Modo de a realizar	355
E) Auto de inspeção	355
F) Verificações não judiciais qualificadas	356
89. Prova testemunhal	356
A) Noção de testemunha	356
B) Capacidade testemunhal	357
C) Recusa legítima a depor	357
D) Admissibilidade da prova testemunhal e suas limitações	358
E) Apresentação do rol de testemunhas	359
F) Limite do número de testemunhas	360
G) Preparação do depoimento	361
H) Lugar e momento da inquirição das testemunhas	362
I) Produção da prova	364
J) Registo da prova	367
L) Liberdade de julgamento	369
90. Incidentes da inquirição das testemunhas	370
A) Enunciação dos incidentes	370
B) Incidente de impugnação	370
C) Contradita	371
D) Acareação	372
E) Inquirição em simultâneo	372
SECÇÃO V	373
91. Fase da audiência final e prolação da sentença	373
A) Extensão da fase	373
B) Designação da audiência final	373
C) Marcação da audiência e de outras diligências	374
D) Requisição ou designação de técnico	375
92. Audiência final	375
A) Realização da audiência	375
B) Atos a realizar na audiência	376
C) Prestação do depoimento de parte	376

D)	Exibição de reproduções cinematográficas ou registos fonográficos	377
E)	Esclarecimentos verbais dos peritos	378
F)	Inquirição das testemunhas	378
G)	Alegações orais	379
H)	Encerramento da discussão	380
93.	Adiamento da audiência	381
94.	Consequências do não comparecimento de testemunha	382
95.	A imediação e a oralidade	383
96.	Princípio da plenitude da assistência do juiz	385
97.	Princípio da publicidade e da continuidade da audiência	386
A)	Publicidade da audiência	386
B)	Limitações à publicidade do processo	387
C)	Continuidade da audiência	388
98.	Poderes do juiz	388
99.	A sentença	390
A)	A evolução operada por reforma processual	390
B)	Necessidade de esclarecimentos complementares	391
C)	Apreciação das provas	392
D)	Análise crítica da prova	393
E)	Noção de sentença	395
F)	Estrutura da sentença	396
G)	Prolação da sentença	398
100.	Questões de que a sentença deve conhecer	400
101.	Ordem a seguir na resolução das questões	401
102.	Amplitude da sentença	403
A)	Atendibilidade dos factos jurídicos supervenientes	403
B)	Condenação <i>in futurum</i>	404
103.	Limites da condenação	405
104.	Modificabilidade da decisão de facto	406
105.	Vícios e reforma da sentença	408
A)	Extinção do poder jurisdicional e suas limitações	408
B)	Retificação de erros materiais	408
106.	Causas de nulidade da sentença	409
A)	Enumeração taxativa	409
B)	Falta da assinatura do juiz	409
C)	Omissão dos fundamentos de facto e de direito	410
D)	Oposição entre os fundamentos e a decisão	411
E)	Omissão de pronúncia e pronúncia indevida	411
F)	Condenação em quantidade superior ou em objeto diferente	412
107.	Arguição das nulidades da sentença	414

108. Reforma da sentença	415
A) Reforma quanto a custas e multa	415
B) Reforma em caso de lapso do juiz	416
C) Processamento subsequente	417
109. Uso anormal do processo	419
CAPÍTULO VI – EFEITOS DA SENTENÇA	421
110. Trânsito em julgado	421
111. Valor da sentença transitada em julgado	422
A) Caso julgado material	422
B) Caso julgado formal	423
C) O que distingue cada um dos casos julgados	423
112. Recursos extraordinários	424
113. Interposição de recurso	425
A) Modo de interposição	425
B) Delimitação do recurso	426
C) Ampliação do objeto do recurso	428
D) Prazos	430
114. Quem pode recorrer	433
A) Legitimidade para recorrer	433
B) Perda do direito de recorrer e renúncia ao recurso	434
115. Despacho de admissão do recurso	435
116. Reclamação contra o indeferimento do recurso	437
117. Decisões que admitem recurso	438
A) Conjugação dos valores da causa, da alçada e da sucumbência	438
B) Dúvidas acerca do valor da sucumbência	439
C) Caso de cumulação de pedidos	440
118. Decisões que não admitem recurso	440
119. Decisões que admitem sempre recurso	442
120. Decisões que admitem sempre recurso para a Relação	443
121. Espécies de recursos	444
A) Recursos ordinários e extraordinários	444
B) Recursos independentes e recursos subordinados	445
122. Recursos ordinários	445
A) Apelação	445
B) Revista	448
123. Recursos extraordinários	451
A) Revisão	451
B) Uniformização de jurisprudência	451
124. Recursos independentes e recursos subordinados	452

125. Alegações de recurso	454
126. Casos julgados contraditórios	456
127. Razões que justificam o respeito pelo caso julgado	457
128. Questões não abrangidas pela força do caso julgado	457
129. Limites do caso julgado	459
A) Enunciado	459
B) Limites subjetivos	459
C) Limites objetivos	460
130. Efeitos do caso julgado especialmente regulados	461
A) Efeitos do caso julgado nas questões de estado	461
B) Caso julgado quanto às obrigações solidárias	463
C) Caso julgado quando haja substituição processual	463
PRINCIPAL BIBLIOGRAFIA	465